



GT 14. Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

Coordenador(es):

José Colaço Dias Neto (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Francisca de Souza Miller (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, Comunidades e Conflitos

Debatedor/a: Luceni Hellebrandt (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Conflitos, Processos e Resistências

Debatedor/a: Edna Ferreira Alencar (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas empíricas em andamento e tem como um de seus objetivos o cruzamento de diversos olhares sobre estes fenômenos, em especial àqueles de caráter etnográfico, que evidenciem conflitos e tensões entre as populações “tradicionais” e os vários modelos de uso e ocupação destes territórios costeiros e ribeirinhos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destas populações, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta activity.

Turismo e Pesca Potiguar entre a praia e a maré: a construção do PGTA na aldeia Coqueirinho, Marcação/PB

Autoria: Humberto Bismark Silva Dantas (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Jaqueline Felix dos Santos Maristela Oliveira de Andrade

Este poster materializa-se nas experiências de pesquisa colaborativa entre pesquisadoras/es do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade e Ambiente [GIPCSA/UPFB] junto a lideranças indígenas Potiguar. Nesse sentido, o projeto se firma em atividades de suporte a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental [PGTA] Potiguar, sendo executadas sob a ótica da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena [PNGATI] e das cosmovisões indígenas Potiguar da Paraíba, desde o final do ano de 2018. O projeto ganha corpo institucional com a aprovação do projeto “Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão territorial e ambiental Potiguar?” no âmbito da extensão da UFPB entre 2018 e 2020, sob orientação das pesquisadoras Alicia Ferreira Gonçalves e Maristela Andrade, juntamente ao programa de internacionalização Capes Print/UFPB, com a participação da pesquisadora Maria Elena Torres Martinez [CIESAS/México]. No escopo deste work, já realizamos visitas a 8 aldeias nas 3 TIs Potiguar, viabilizando momentos de diálogos de saberes em rodas de conversa, entrevistas, questionários, registros visuais, elaboração de relatórios e momentos de suporte a construção dos mapas sociais pelas/os indígenas em suas respectivas comunidades. Dentro desse leque de experiências, este resumo volta-se ao compartilhamento de alguns resultados iniciais obtidos na oficina realizada na Aldeia Coqueirinho. Localizada



na cidade de Marcação/PB, na zona de sobreposição da TI Potiguara com a Área de Proteção Ambiental da Barra do Rio Mamanguape, a região de Coqueirinho é cercada por praia, rio e mangue, de modo que conta sempre com a presença de turistas, trabalhadores de bares e pousadas e dos pescadores, sejam eles da própria comunidade ou das vizinhas. Com a análise dos resultados das oficinas podemos constatar a necessidade de aplicação de políticas públicas de infraestrutura básica. Na perspectiva dos moradores locais a aldeia carece de escolas e postos de saúde e o acesso insuficiente a saneamento básico e água de qualidade para consumo também são apontados. Iniciativas de turismo etnoecológico nas praias e nos bares, restaurantes e pousadas, assim como o fomento às atividades ribeirinhas também foram destacadas como ações bem vindas a comunidade.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: